

§ único. Estes lugares serão providos por contrato e com os vencimentos que competem aos engenheiros civis de 3.^a classe.

Art. 3.^º É reduzido de cinco o número de agentes técnicos de engenharia de 3.^a classe do quadro auxiliar do corpo de engenharia civil, fazendo-se a respectiva eliminação nos funcionários dessa categoria atribuídos à mesma Direcção Geral.

Art. 4.^º Os lugares vagos no corpo de engenharia civil serão providos por contrato enquanto não se fizerem as respectivas promoções.

Art. 5.^º O pessoal técnico contratado para prestar serviço na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais terá direito, após dois anos de bom e efectivo serviço, ao abono de uma gratificação equivalente à diferença entre os vencimentos que competem às 2.^a e 3.^a classes respectivas.

§ único. Tal gratificação só será concedida sob proposta fundamentada do director geral dos edifícios e monumentos nacionais e dentro das disponibilidades das verbas orçamentais correspondentes aos lugares dos respectivos quadros da referida Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

Art. 6.^º É elevado a dois o número de experimentadores do Laboratório de Estudo e Ensaio de Materiais de Construção.

Art. 7.^º Os lugares de ajudantes de laboratório do mesmo organismo são providos por concurso de provas práticas, nos termos do respectivo regulamento.

Art. 8.^º Passam a ter a designação de serventes de laboratório os quatro contínuos atribuídos ao referido estabelecimento pelo decreto-lei n.^º 22:787.

§ único. O provimento das vagas existentes ou que vierem a dar-se será feito por contrato em indivíduos

que possuam conhecimentos de máquinas e tenham prática de serralharia.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 4 de Julho de 1934.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA—António de Oliveira Salazar—Antônio Raúl da Mata Gomes Pereira—Manuel Rodrigues Júnior—Luiz Alberto de Oliveira—Aníbal de Mesquita Guimarães—José Caeiro da Mata—Duarte Pacheco—Armindo Rodrigues Monteiro—Sebastião Garcia Ramires—Leovigildo Queimado Franco de Sousa.

MINISTÉRIO DAS COLÔNIAS

Direcção Geral Militar

1.^a Repartição

Portaria n.^º 7:854

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 91.^º da Carta Orgânica do Império, aprovada pelo decreto-lei n.^º 23:228, de 15 de Novembro de 1933, que se publique nos *Boletins Oficiais* de todas as colónias a portaria n.^º 7:826, de 18 de Maio de 1934, para a devida execução, na parte aplicável.

Para ser publicada nos «Boletins Oficiais» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 4 de Julho de 1934.—O Ministro das Colónias, Armindo Rodrigues Monteiro.